

FILOSOFIA FEMINISTA NO BRASIL: DE NÍSIA FLORESTA A LÉLIA GONZALEZ

Natalia Aparecida Morato Fernandes¹
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
E-mail: natalia.fernandes@uftm.edu.br

Maria dos Milagres da Cruz Lopes²
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
E-mail: millacruzlopes@gmail.com

Resumo: O artigo trata da trajetória da filosofia feminista no Brasil, desde Nísia Floresta, que introduziu as ideias de Mary Wollstonecraft no século XIX, até a recepção das pautas da segunda onda feminista entre ativistas e intelectuais brasileiras, destacando as especificidades do contexto nacional, marcado pela ditadura militar. Apresenta, também, a contribuição de Lélia Gonzalez, cuja obra pioneira articulou gênero, raça e classe a partir da experiência das mulheres negras latino-americanas, ampliando fronteiras epistêmicas. Assim, o texto contribui para compreender as interações entre as produções feministas brasileiras e o cenário global do pensamento feminista, ressaltando as especificidades e desafios locais que marcaram essa trajetória.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Gênero; Emancipação; Justiça social; Desigualdade.

Abstract: This article deals with the trajectory of feminist philosophy in Brazil, from Nísia Floresta, who introduced Mary Wollstonecraft's ideas in the 19th century, to the reception of the second-wave feminism agendas among Brazilian activists and intellectuals, emphasizing the specificities of the national context, marked by the military dictatorship. It also presents the contributions of Lélia Gonzalez, whose pioneering works articulated gender, race and class from the experience of black Latin American women, expanding epistemic boundaries. Thus, the text contributes to understanding the interactions between Brazilian feminist works and the global scenario of feminist thought, highlighting the local specificities and challenges that have marked this trajectory.

Keywords: Intersectionality; Gender; Emancipation; Social justice; Inequality.

1 Introdução

Este artigo foi originalmente publicado com o título “Feminist philosophy in Brazil: from NísiaFloresta to Lélia Gonzalez” na revista *Sententiae* 44:3 (2025), p. 31-40. Agradecemos à revista e ao editor Oleg Khoma a autorização da publicação do texto em português.

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFTM e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Educação e Cultura - GEPPEC (CNPq). ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6526-2066>

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFTM. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Educação e Cultura - GEPPEC (CNPq) e Membro do Grupo de Pesquisa Studia Brasiliensia (CNPq). ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3935-2321>.

O pensamento feminista, proveniente da Europa, exerceu uma profunda influência sobre ações e movimentos de mulheres mundialmente, incluindo o Brasil. A partir da obra pioneira *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), de Mary Wollstonecraft (1759-1797), que questionava as estruturas sociais tradicionais e defendia a educação e a igualdade de direitos para as mulheres, emergiu uma reflexão crítica que reverberou em diversas partes do mundo. No Brasil, uma das primeiras a dar voz a essas ideias foi **Nísia Floresta** (1810-1885), cuja trajetória intelectual e literária se tornou um marco na difusão das ideias feministas no contexto brasileiro do século XIX. Sua recepção das propostas de Wollstonecraft e sua adaptação às condições locais ajudaram a criar as bases para a construção de um pensamento feminista brasileiro, embora com características próprias e em diálogo com as questões nacionais.

Com o passar dos anos, o movimento feminista no Brasil passou a incorporar novos desafios e perspectivas, especialmente durante a chamada **segunda onda feminista**, que se consolidou nas décadas de 1960 e 1970. Esse período foi marcado por uma intensificação das lutas por direitos civis e sociais, que se deu em meio a um cenário de repressão política, com a ditadura militar impondo restrições à liberdade de expressão e ao direito de organização. A reflexão feminista ganhou novos contornos e se expandiu, passando a incluir questões de classe, raça e sexualidade.

Dentre as figuras de destaque nesse período, **Lélia Gonzalez** (1935-1994) se tornou um ícone do movimento feminista, introduzindo elementos à sua análise como as condições de desigualdade socioeconômica vivenciadas pelas mulheres negras e as especificidades latino-americanas, que a tornam precursora do movimento feminista negro no Brasil e da perspectiva interseccional, que marca a chamada terceira onda feminista e considera as múltiplas dimensões das opressões sofridas pelas mulheres negras. Sua atuação e seus escritos contribuíram significativamente para a reflexão sobre as interações entre raça, classe e gênero no Brasil, inaugurando uma nova fase de luta e entendimento no movimento feminista nacional.

Este artigo propõe uma breve reflexão sobre a filosofia feminista proveniente da Europa e sua recepção no Brasil, destacando a trajetória de Nísia Floresta e suas contribuições para o feminismo brasileiro. Além disso, pretende-se apontar a repercussão da segunda onda feminista no Brasil, especialmente no contexto de repressão da ditadura militar, e as importantes contribuições de Lélia Gonzalez, enfatizando o papel da interseccionalidade nas discussões feministas contemporâneas. Ao fazer esse percurso, o artigo busca compreender as interações entre as produções feministas brasileiras e o cenário global do pensamento feminista, ressaltando as especificidades e desafios locais que marcaram essas trajetórias.

2 Precursoras do pensamento feminista

A história do feminismo despenda no século XVIII, com suas peculiaridades e pontos comuns em sua trajetória, como a reivindicação dos direitos civis e políticos da mulher diante da opressão e discriminação impostas pela sociedade patriarcal, seja na Europa, na América do Norte ou na América Latina, especificamente no Brasil.

Partindo desse contexto histórico, faremos uma breve reflexão sobre a herança da filosofia feminista no Brasil, pontuando alguns nomes de destaque e influências das pensadoras europeias, a partir de obras que tratavam da luta feminista pela igualdade da mulher na vida pública e privada. É sobre esse fenômeno de luta social de pensadoras feministas que pretendemos refletir aqui.

Como aspecto histórico, sabemos que a luta feminista em defesa da igualdade de direitos e de gênero não foi facilmente compreendida e aceita pela maioria. Suas manifestações confrontavam uma sociedade marcada por estereótipos e preconceitos, que relegava a mulher a uma posição de inferioridade e ao espaço privado. Nesse sentido, destacamos a força impulsionadora de mulheres que romperam os limites sociais impostos a elas ao publicarem obras que questionavam a ordem estabelecida e lançavam as bases do pensamento feminista. Entre elas, Olympe de Gouges (1748-1793), francesa, feminista com múltiplos atributos, destacando-se na dramaturgia e na política, participante ativa da Revolução Francesa e abolicionista, e Mary Wollstonecraft (1759-1797), inglesa, feminista, escritora e filósofa.

Olympe de Gouges destacou-se durante a Revolução Francesa ao escrever, em 1791, a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, um documento que desafiava a exclusão das mulheres dos ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade. Ela defendia que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos políticos que os homens, incluindo o direito ao voto e à participação ativa no governo. Sua militância, no entanto, a levou a ser condenada à morte durante o período do Terror Jacobino, evidenciando os riscos enfrentados pelas mulheres que ousavam desafiar a ordem social.

Mary Wollstonecraft publicou em 1792 a obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, um dos textos mais influentes da história do feminismo. Sua principal defesa era a educação das mulheres como meio de alcançar igualdade intelectual e social em relação aos homens. Wollstonecraft argumentava que a desigualdade de gênero não era natural, mas sim resultado da falta de oportunidades educacionais para as mulheres. Seu pensamento influenciou gerações de feministas e serviu como base para discussões posteriores sobre a emancipação feminina.

Essas mulheres levantaram a bandeira do feminismo na Europa, mobilizando e sensibilizando muitas outras ao protagonismo social e político. Seu ideal de luta inspirou transformações nos padrões de comportamento da sociedade patriarcal em relação às mulheres. O legado de Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft contribuiu para que muitas mulheres vivenciassem um despertar de consciência sobre seu papel social e político em um contexto histórico de consolidação do capitalismo e difusão das ideias iluministas e liberais.

Contudo, o despertar do pensamento feminista na modernidade não se restringiu à Inglaterra e à França. Em outras regiões, como a América Latina, algumas mulheres começaram a se destacar na luta pelos direitos femininos, ainda que de maneira incipiente, porém deixando registros de uma “memória histórica que fortalece a reivindicação de que estas ideias existiram antes dos movimentos” (Berruz, 2023, p. 154) das mulheres do século XX. No México, por exemplo, a poetisa e filósofa Juana Inés Maria del Carmen Martínez de Zaragoza Gaxiola de Asbaje y Ramírez de Santillana Odonjú, conhecida como Juana Inés de la Cruz (1651-1695) já defendia, no século XVII, os direitos educacionais e intelectuais das mulheres (Berruz, 2023, p. 153), enfrentando a resistência de setores religiosos e conservadores. Seus escritos atraíram atenção como parte do cânon filosófico latino-americano, ocorrendo em 1951 a publicação de suas obras completas.

No contexto brasileiro, destaca-se o nome de Teresa Margarida da Silva e Orta (1711-1793), considerada a primeira mulher brasileira a publicar um romance na Europa. Nascida no Brasil, Teresa Margarida estabeleceu-se em Portugal com a família aos seis anos de idade. O contexto social e político em que viveu em Portugal foi marcado pela efervescência das ideias positivistas, bem como pelo conservadorismo, que impedia mudanças no processo histórico de dominação sobre a mulher, reduzindo-a ao espaço privado. No entanto, Teresa Margarida extrapolou esse espaço e, por isso, é “considerada a primeira mulher no mundo lusófono a

publicar um romance e a primeira pessoa nascida no Brasil a editar um livro na Europa” (Berruz, 2023, p. 153). Em meados de 1752, sob o pseudônimo de Dorotea Engrassia Taveda Dalmira, publicou o livro *Máximas de virtude e formosura*, reeditado em 1777 com o título *Aventuras de Diófanes*. Nesse romance, Teresa faz “crítica ao absolutismo, a defesa de princípios iluministas e apresenta um guia de comportamento para a educação das mulheres” (Flores, 2021, p. 191).

Não obstante, o nome de maior relevância como precursora do pensamento feminista no Brasil é o de Nísia Floresta (1810-1885). Considerada a primeira feminista brasileira, Floresta foi responsável por introduzir no país os ideais de Mary Wollstonecraft, traduzindo e adaptando sua obra para a realidade nacional. Nascida em 2 de outubro de 1810, com o nome de Nísia Gonçalves Pinto, teve sua trajetória marcada por muitas situações adversas, entre elas o contexto político da cidade de Recife, que a levou a adotar uma “atitude romanticamente liberal, marcada pela paixão nacionalista, pela defesa intransigente da liberdade e pelo repúdio à tirania” (Margutti, 2019, p. 16). Nesse ambiente de efervescência política, em 1831, Nísia foi convidada a participar da publicação de artigos “abordando a condição feminina e comparando-a com diversas culturas da antiguidade, no *Espelho das Brasileiras*, jornal dedicado às mulheres pernambucanas, do tipógrafo francês Adolphe Emile de Bois Garin” (Brazil & Schumacher, 2001, p. 577).

Ainda em Recife, em 1832, impactada pelos ideais feministas da obra de Mary Wollstonecraft, publicou *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, uma tradução livre do francês para o português, sob o pseudônimo – costume da época – de “Nísia Floresta Brasileira Augusta”. Percebe-se que a influência de Mary Wollstonecraft é determinante no pensamento feminista de Nísia, tanto nos artigos publicados no *Espelho das Brasileiras* quanto na tradução livre *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, obras que evidenciam sua capacidade crítica e seu pioneirismo na luta pelos ideais feministas de igualdade e liberdade da mulher brasileira. Significativamente, sua atuação representava um grande avanço “contra o conservadorismo da sociedade brasileira da época” (Margutti, 2019, p. 336).

O espírito leve, livre e audaz de Nísia a fez simpatizante dos ideais emancipatórios de Mary Wollstonecraft: “uma filósofa voltada para questões morais e políticas, que produziu reflexões radicais sobre a condição feminina” (Margutti, 2019, p. 174), e de Olympe de Gouges, com sua notável contribuição por meio da obra *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791). Essas mulheres se destacaram como feministas que agiram ativamente na luta política pela igualdade, contrapondo-se ao discurso dominante de subordinação da mulher ao homem. Ademais, é importante ressaltar que essas pensadoras “inauguraram a idade do feminismo como movimento social que emergiu juntamente com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Defendia a República [...] e a cidadania plena para todos” (Moraes, 2016, p. 16).

Outros autores e autoras influenciaram expressivamente a cultura e o conhecimento de Nísia, sobretudo no tocante à reflexão sobre o feminismo e à condição da mulher, levando-a a se colocar “em pé de igualdade com o pensamento europeu, e cumprindo o importante papel de elo entre as ideias estrangeiras e a realidade nacional” (Duarte, 2019, p. 28). Destacam-se, entre esses nomes, François de Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715), teólogo, sacerdote, escritor e preceptor do Duque de Borgonha, autor da obra *Da Educação das Meninas* (1681); François Poulain de la Barre (1647-1723), parisiense, teólogo e sacerdote, que escreveu diversas obras, sendo a mais relevante *Da Igualdade dos Dois Sexos* (1675); Sophia, autora de *Woman Not Inferior to Man* (1739) (*Mulher Não Inferior ao Homem*), obra publicada na Inglaterra sob o pseudônimo de Sophia; e Augusto Comte (1798-1857), que, em sua obra *Catecismo Positivista* (1858), exerceu influência sobre Nísia, tornando-se, anos mais tarde, seu grande amigo.

Nísia, mulher de grande itinerância, viveu em várias regiões do Brasil e, posteriormente, partiu com sua família para além-mar em julho de 1849 (permanecerá na Europa até sua morte em 1885, mas, ao longo desses anos, fez várias viagens ao Brasil). Em terras europeias, fez contato com o Positivismo de Augusto Comte e frequentou, em Paris, o Curso de História Geral da Humanidade, ministrado por Comte. Esse encontro favoreceu a construção de uma grande amizade, que se estendeu por meio de várias cartas.

Anos depois, Nísia frequentou “o Collège de France, [...] completou tardiamente sua formação em nível superior” (Margutti, 2019, p. 18-19). Sua permanência na Europa foi marcada por grandes amizades com intelectuais³. Outra marca importante de sua vivência no continente foi a publicação de várias obras de sua autoria, além de centenas de viagens por diversos países europeus. Nesse contexto, Nísia se caracterizou como uma “mulher de ação, que [...] escrevia em resposta às circunstâncias em que se encontrava. As diferenças de ênfase e de assunto em seus escritos no Brasil e na Europa são uma prova manifesta desse fato” (Margutti, 2019, p. 342).

Nísia foi considerada não só uma das primeiras mulheres no Brasil capazes de romper os limites do espaço privado e publicar textos em jornais da grande imprensa, mas também a primeira no país a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, além de exigir que fossem reconhecidas como inteligentes e merecedoras de respeito (Constance, 2019, p. 28).

Portanto, cabe chamar atenção para o fato de que Nísia Floresta Brasileira Augusta foi sempre uma mulher sábia, com posturas reformistas e posições políticas, atenta aos problemas políticos e sociais da Europa e do Brasil, especificamente em vista do progresso, ressaltando a emancipação da mulher como sujeito de sua própria história e participante ativa da sociedade. Além disso, foi uma voz crítica à escravidão, despertou a consciência antiescravista e deixou transparecer sua postura abolicionista.

Nesse sentido, Nísia Floresta deixou um grande legado para a história do pensamento feminista no Brasil e, diante desse reconhecimento histórico, na “medida que assumirmos [...] o trabalho de pesquisa vertical sobre o pensamento e sobre as vozes femininas, então reconheceremos o lugar das mulheres na filosofia e traremos para o debate [...] com reciprocidade suas vozes” (Marques, 2023, p. 336).

3 Repercussões e especificidades da segunda onda feminista no Brasil

O feminismo desenvolvido a partir dos movimentos de libertação feminina nos Estados Unidos e na Europa exerceu uma influência marcante sobre as intelectuais e ativistas brasileiras, moldando suas pesquisas, ações e perspectivas. O contato com o pensamento global, impulsionado pela circulação de ideias e obras, foi fundamental para a construção de um feminismo crítico e engajado no Brasil.

A chegada dessas ideias ao país, por meio de livros, revistas e viagens, coincidiu com um período de intensa efervescência política e social. Atentas aos debates internacionais, as intelectuais e feministas brasileiras adaptaram as pautas emergentes à realidade nacional, considerando as especificidades de um contexto marcado pela repressão da ditadura militar.

Obras como *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, tornaram-se referência para muitas pensadoras, oferecendo ferramentas teóricas para compreender a

³ Os escritores portugueses Alexandre Herculano (1810- 1877) e Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), o poeta e dramaturgo italiano Alessandro Manzoni (1785-1873), o líder revolucionário Giuseppe Garibaldi (1807-1882), o poeta francês Alphonse de Lamartine (1790-1869) e o zoólogo Georges Louis Duvernoy (1777-1855) (Margutti, 2019, p. 20).

opressão de gênero e a construção social da feminilidade. Betty Friedan, com *A Mística Feminina*, expôs o "problema sem nome" da insatisfação feminina, ressoando com a busca por autonomia e realização das mulheres no Brasil. Já Kate Millett, em *Política Sexual*, trouxe uma análise crítica do patriarcado, inspirando a denúncia das estruturas de poder que perpetuavam a desigualdade de gênero no país (Hollanda, 2019, p. 10).

No Brasil, esse movimento encontrou um campo fértil nas Ciências Sociais, que ofereciam ferramentas para analisar as desigualdades e relações de poder enfrentadas pelas mulheres. Em um cenário de ditadura militar, a busca por análises críticas tornou essa área um espaço imediato de atuação para as demandas feministas. Enquanto isso, a Filosofia, com um desenvolvimento mais gradual, incorporou as questões de gênero em um processo de revisão crítica dos cânones e construção de novas abordagens teóricas, refletindo um ritmo diferenciado na absorção dessas ideias.

A atuação de intelectuais como Eva Blay e Heleieth Saffioti exemplifica o impacto da segunda onda no campo das Ciências Sociais. Eva Blay, socióloga e professora da USP (Universidade de São Paulo), foi pioneira nos estudos de gênero no Brasil. Inspirada pelas novas reflexões feministas, suas pesquisas sobre a condição da mulher no mercado de trabalho e na sociedade brasileira foram fundamentais para o debate sobre desigualdade e discriminação. Já Heleieth Saffioti, também socióloga e professora da Unesp (Universidade Estadual Paulista), tornou-se uma das maiores referências do feminismo no Brasil. Sua obra *A Mulher na Sociedade de Classes* é um clássico que analisa a opressão de gênero a partir de uma perspectiva marxista e dialoga com as críticas à divisão sexual do trabalho e à exploração das mulheres.

Conforme registra Holanda (2019) ao destacar a importância da obra de Saffioti:

Nunca é demais lembrar que, em 1967, o objeto de pesquisa 'mulher', por si só, ainda não se constituía como questão legítima para uma tese acadêmica.

Nesse sentido Heleieth foi estratégica o suficiente e realizou um estudo marxista sobre o capitalismo subdesenvolvido, em que a opressão feminina estava determinada pela condição de classe. Outro ponto interessante é que em seu texto ou em eventos públicos, Heleieth, enfática, se recusava a identificar-se com o feminismo. Era apenas uma mulher de esquerda fortemente interessada na condição feminina. (Hollanda, 2019, p. 13)

No campo da Filosofia, Marilena Chauí e Olgária Matos destacam-se como duas das mais influentes filósofas brasileiras contemporâneas. Embora não se identifiquem formalmente como filósofas feministas, suas obras dialogam com temas centrais à crítica da dominação patriarcal e à emancipação social. Chauí, influenciada pelo pensamento de Baruch Spinoza e pela tradição marxista, analisa as estruturas de poder e opressão na sociedade, abordando também as desigualdades de gênero em sua crítica à ideologia. Já Olgária Matos, marcada pelo diálogo com a Teoria Crítica da chamada Escola de Frankfurt e com pensadores franceses contemporâneos, reflete sobre modernidade, subjetividade e resistência, incluindo a crítica à razão instrumental e às formas de dominação masculina. As reflexões sobre patriarcado e papéis de gênero permeiam suas análises, ainda que ambas se posicionem como intelectuais engajadas na crítica das estruturas de poder.

A influência da segunda onda feminista não se restringiu à produção intelectual. Muitas intelectuais brasileiras participaram ativamente dos

movimentos sociais, como o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento Contra a Carestia, incorporando essas pautas às lutas por democracia e justiça social. A defesa dos direitos humanos e a busca pela igualdade no mercado de trabalho e pelo controle do próprio corpo se somaram à resistência contra a violência do Estado. A repressão imposta pela ditadura, paradoxalmente, fortaleceu a organização das feministas brasileiras, que encontraram em coletivos, publicações alternativas e espaços de debate formas de expressar suas ideias e reivindicar direitos (Rios; Lima, 2020; Biroli, 2018).

A criação de grupos de discussão, coletivos feministas e publicações alternativas, como os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, também foi impulsionada pelo feminismo da época, que estimulou a organização e a mobilização feminina. A diversidade de perspectivas dentro do movimento no Brasil, marcada por diferentes correntes de pensamento e pautas específicas, reflete essa fase do feminismo, que valorizava a pluralidade e a autonomia das mulheres.

Em suma, a segunda onda feminista, em diálogo com o pensamento global, exerceu uma profunda influência sobre as intelectuais e ativistas brasileiras, impulsionando a produção intelectual, a participação nos movimentos sociais e a criação de espaços de debate. Seus legados continuam a inspirar e guiar a luta das mulheres por seus direitos no Brasil.

4 Lélia Gonzalez: pioneira do feminismo negro e da interseccionalidade

As repercussões da segunda onda feminista no Brasil, embora significativas, revelaram limitações importantes. Conquistas como a luta por direitos reprodutivos e igualdade no mercado de trabalho marcaram avanços cruciais. No entanto, o movimento frequentemente negligenciava as complexas intersecções de raça, classe e gênero, priorizando as experiências de mulheres brancas de classe média. No contexto brasileiro, marcado pelo racismo estrutural e herança colonial, essa exclusão tornava-se ainda mais problemática (Hollanda, 2019).

A resposta a essas lacunas faz emergir a terceira onda feminista, buscando um movimento mais inclusivo e interseccional. Nesse cenário, o feminismo negro ganha destaque, trazendo à tona as vivências e demandas específicas das mulheres negras. Lélia Gonzalez desponta como pioneira nesse movimento no Brasil, antecipando discussões centrais da terceira onda (Biroli, 2018). Sua trajetória como filósofa, antropóloga, ativista e mulher negra a permitiu desenvolver uma análise profunda das múltiplas formas de opressão.

Lélia Gonzalez, nascida em Belo Horizonte em 1935, foi uma intelectual multifacetada, com formação em Filosofia pela Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), e mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua trajetória acadêmica foi marcada por um profundo interesse nas questões das desigualdades político-econômicas, raciais e de gênero, influenciada por pensadores de diferentes origens geográficas e posicionamentos político-epistemológicos.

Da Europa vieram três influências muito importantes para o pensamento de Lélia Gonzales: o feminismo em sua versão do segundo pós-guerra, principalmente através das letras de Simone de Beauvoir, em seu aclamado *O segundo sexo*; o marxismo – especialmente da escola francesa – que lhe é fundamental para pensar as classes na estrutura social, assim como o conceito de ideologia e consciência, tão caros à geração intelectual brasileira sob a ditadura militar; e por fim a psicanálise, que é incorporada às suas reflexões sobretudo no que diz respeito ao aspecto cultural da

dominação e da subversão, em particular por meio da linguagem (Rios, Lima, 2020, p. 12).

Outras referências nos estudos de Gonzalez são intelectuais caribenhos como Aimé Césaire e Frantz Fanon, assim como por autores africanos como Amílcar Cabral e Cheikh Anta Diop (Rios; Lima, 2020, p. 12-4). “Da América Latina e do Caribe, Lélia Gonzalez estabelece um diálogo e recebe influências interessantes do pensamento feminista dos países americanos” (Idem, p. 13). Gonzalez também dialogou com intelectuais como Abdias do Nascimento, com quem compartilhou a luta pela valorização da cultura afro-brasileira e a denúncia do racismo. Sua produção intelectual abrange diversas áreas, como antropologia, filosofia e psicanálise, sempre com o objetivo de desconstruir as narrativas eurocêntricas e valorizar as epistemologias negras e latino-americanas.

Um dos aspectos centrais de seu pensamento é a valorização das culturas afro-latino-americanas e da oralidade como forma de transmissão de conhecimento. Gonzalez constrói o conceito de “amefricanidade”, exposto, por exemplo, no ensaio *A categoria político-cultural de amefricanidade* (Gonzalez, 2020), para enfatizar a riqueza das experiências e das epistemologias negras, questionando a construção de um modelo de conhecimento universal que marginaliza saberes subalternizados.

O pensamento de Lélia Gonzalez oferece uma contribuição fundamental para a filosofia feminista ao articular as especificidades das experiências das mulheres negras no Brasil e na América Latina. Nesse sentido, a produção de Gonzalez antecipa e complementa as discussões sobre interseccionalidade, conceito posteriormente sistematizado por Kimberlé Crenshaw (1989), que destaca como diferentes eixos de opressão se sobrepõem e se entrecruzam, produzindo experiências singulares de discriminação e resistência. Apesar de não haver registros de interações entre as duas autoras e da produção de Gonzales ser anterior a de Crenshaw, é notória a similaridade da construção conceitual de ambas⁴. Dessa forma, a contribuição de Gonzales para a perspectiva interseccional é dupla: por um lado, explicita como a intersecção entre gênero, raça e classe estrutura as desigualdades; por outro, propõe caminhos para a construção de um feminismo enraizado nas experiências das mulheres negras latino-americanas.

Ao problematizar a influência do racismo na constituição da identidade das mulheres negras, Gonzalez criticou a tendência hegemônica dos feminismos eurocentrados, que frequentemente negligenciaram as questões raciais e de classe. Para ela, a vivência das mulheres negras não pode ser compreendida apenas a partir de uma oposição ao patriarcado, mas deve considerar também os legados do colonialismo e da escravidão, elementos estruturantes das desigualdades contemporâneas. Seu trabalho ressoa com as contribuições de autoras como bell hooks, Angela Davis e Patricia Hill Collins, que também denunciam as intersecções entre gênero, raça e classe na formação das desigualdades.

Enquanto o feminismo global da terceira onda buscou dar visibilidade às diferenças entre as mulheres e às múltiplas formas de opressão, Gonzalez ofereceu uma perspectiva singular ao pensar essas questões a partir do contexto latino-americano. Sua análise do racismo estrutural e da violência simbólica sofrida pelas mulheres negras insere-se em um debate mais amplo sobre colonialidade do poder. Assim, sua abordagem não apenas amplia os horizontes da filosofia feminista, mas

⁴ Entretanto, há que se registrar que durante muito tempo o trabalho de Gonzalez não obteve o devido reconhecimento e repercussão na academia brasileira. Nesse sentido, tornou-se emblemática a fala de Angela Davis, feminista estadunidense, em entrevista após um evento no Brasil: “Por que vocês precisam buscar uma referência nos Estados Unidos? Eu aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês comigo” (Dindara, 2023).

também desafia a hegemonia epistêmica ocidental, valorizando os saberes e práticas das mulheres negras da América Latina.

Assim, em diálogo com os movimentos feministas contemporâneos, o pensamento de Lélia Gonzalez permanece relevante para compreender as dinâmicas das opressões e resistências no contexto atual (Biroli, 2018). Seu legado contribui para a ampliação das fronteiras do feminismo, desafiando hierarquias epistêmicas e promovendo um olhar mais abrangente sobre as intersecções entre gênero, raça e classe na luta por justiça social (Rios; Lima, 2020).

5 Considerações finais

As reflexões sobre a filosofia feminista proveniente da Europa e suas repercussões no pensamento feminista no Brasil, desde suas precursoras até os debates contemporâneos, revelam a riqueza e a complexidade dessa trajetória. Nísia Floresta, pioneira na difusão das ideias de Mary Wollstonecraft, lançou as bases para um feminismo brasileiro ao denunciar o tratamento desigual destinado às mulheres, evidenciando especificidades da sociedade brasileira, e ao defender a educação para as meninas. Os movimentos de reivindicação de igualdade de direitos entre homens e mulheres se amplia com a chamada segunda onda feminista. No Brasil, esses movimentos ganham contornos particulares, tanto na academia quanto nos movimentos sociais, em decorrência do contexto político do país em meio à repressão da ditadura militar. A terceira onda, desafiada a pensar as desigualdades de raça, classe e gênero, faz surgir a abordagem interseccional das opressões que se sobrepõem a grupos sociais vulnerabilizados, como as mulheres negras. No Brasil, antes mesmo da sistematização do conceito de interseccionalidade, Lélia Gonzalez identifica e expõe esses diferentes eixos de opressão ao destacar as especificidades das mulheres negras brasileiras e latino-americanas.

A análise das interações entre o feminismo brasileiro e o cenário global revela a importância do diálogo e da troca de ideias para a construção de um movimento plural e engajado. As intelectuais brasileiras, ao se apropriarem de referenciais teóricos diversos, como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millett, adaptaram as pautas feministas à realidade local, considerando as particularidades do contexto brasileiro.

A trajetória de Lélia Gonzalez, em particular, demonstra a relevância de um feminismo que dialogue com as questões raciais e de classe, e que valorize as epistemologias negras e latino-americanas. Sua produção intelectual, ao articular as especificidades das experiências das mulheres negras, contribui para a construção de um feminismo mais inclusivo e representativo.

O pensamento feminista no Brasil, portanto, se consolida como um campo de reflexão dinâmico e em constante transformação, que se nutre do diálogo com o pensamento global e das experiências locais. Acreditamos que a análise aqui apresentada contribui para a compreensão da riqueza e da complexidade dessa trajetória, podendo também auxiliar a superação de dificuldades e injustiças históricas contra as mulheres.

Referências

- BERRUZ, Stephanie Rivera. *Feminismo Latino-Americano*. In: Marques, L. M; SÁ, A. A. (Org.). Textos selecionados sobre pensar o feminismo [recurso eletrônico]. Pelotas: NEPFIL, 2023. (Série Investigação Filosófica).
- BIROLI, Flávia. Feminismo e atuação política. In: Biroli, Flávia. *Gênero e desigualdades*. Limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

- BRAZIL, Érico Vital; Schumacher, Schuma (org.). *Dicionário das mulheres: de 1500 até a atualidade*. 2a edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- DINDARA. Referência negra, Lélia Gonzalez não é reconhecida como deveria no Brasil? *Terra*, 24 jul. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/referencia-negra-lelia-gonzalez-nao-e-reconhecida-como-deveria-no-brasil,51afe5401404a933bb0770f6531a0caad2ieb5ul.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- DUARTE, C. Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: Hollanda, H. Buarque. (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Boitempo, 2019.
- FLORES, Conceição. Teresa Margarida da Silva e Orta. *Revista Convergência Lusíada*. v.22, nº.26 jul/dez, 2011, p. 189-193. Disponível em <https://convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/139/138>. Acesso em 18/02/2025.
- GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia; Lima, Márcia (org.). *Lélia Gonzalez*. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: _____. (org.). *Pensamento feminista brasileiro*. formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- MARGUTTI, Paulo. *Nísia Floresta, uma brasileira desconhecida: feminismo, positivismo e outras tendências*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.
- MARQUES, Lúcio Álvaro. *Formas da filosofia brasileira: 12 aportes metodológicos à historiografia, metalinguagem e autocrítica da filosofia brasileira*. Cachoeirinha: Fi, 2023.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. Prefácio. In: Wollstonecraft, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Edição comentada do clássico feminista. São Paulo: Boitempo, 2016.
- RIOS, Flávia; Lima, Márcia (org.). *Lélia Gonzalez*. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.